

A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA *

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB

INTRODUÇÃO DA Dra. NELMA SARNEY, JUÍZA AUDITORA DA JUSTIÇA MILITAR DO MARANHÃO:

Quando a sociedade brasileira, unânime, se movimenta no sentido de preservar todo o valor de sua cidadania, conhecendo de perto o que a classe política entende como elemento de formação do pensamento democrático, vê-se dominar a opinião pública, irônico ceticismo quanto ao espírito reformador do Congresso Nacional e suas ações parlamentares pouco confiáveis, que parecem vir de liderança acentuadamente dedicada a impor um ordenamento pouco recomendável a um povo, que socialmente sentiu na pele a desigualdade social econômica e política, e que, quando conscientizou-se dessas vicissitudes, mostram-lhe, através de reformas constitucionais, a fragilidade do corporativismo político dominante, apto apenas, à cultura dos conciliábulos partidários conhecidos à distância, a título de reformas: judiciária, administrativa e previdenciária, que têm o ostensivo rigor de cercear a competência do Judiciário que em resposta declara-se coeso da defesa a unanimidade da magistratura brasileira e dos princípios éticos que amparam o magistrado segundo sua vitaliciedade e seus direitos sociais.

Hoje, quando se faz presente a magistratura brasileira nesta Jornada Jurídica Maranhense nós queremos assumir o compromisso de esperança e ação no sentido de cada um de nós leve adiante o ideário da responsabilidade trazida aqui pelo presidente do nosso Tribunal de Justiça, de resistir sempre, porque resistir é preciso; porque a magistratura, vê-se amesquinhada pela reforma constitucional: a reforma do Poder Judiciário, a Reforma Administrativa e com o risco da Reforma da Previdência Social;

então, é preciso a união e a participação de cada um de nós porque se assim conseguirmos desenvolver iremos garantir maior efetividade da competência do Poder Judiciário.

É preciso reagir porque nenhum de vós admite a falta de transparência do nosso Poder; temo-la pelos Advogados, Ministério Público, pela Imprensa, pelos políticos, pela consciência e motivação de cada um de nós e todos os nossos atos.

Combateemos o nepotismo que teve em nós a iniciativa do combate, e nenhum outro poder teve a responsabilidade de combater; nós não postulamos idéias corporativistas porque queremos um judiciário eficiente; indague o magistrado ao povo se ele acredita em nós; indague se ele acredita em nossa imparcialidade, em nossa idoneidade, em nossa dedicação ao dever, e ele certamente falará: "eu acredito no juiz brasileiro"; mas, reclama, queixa-se porque pode e deve se opor à morosidade da justiça brasileira.

O Doutor Paulo Medina, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, vê essa questão com notável senso de discernimento porque lhe cabe vir dizer à sociedade quais razões determinam o censurado desempenho da justiça no país inteiro, a exemplo do que disse quando debateu a reforma do poder Judiciário durante a I JORNADA JURÍDICA MARANHENSE em discurso que considero ser um documento comprobatório da resistência e do pensamento da magistratura brasileira - a palavra verídica sobre as reformas constitucionais.

DISCURSO DO Dr. PAULO MEDINA*, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB

Esta, presidente Sarney, é uma dívida que o Poder Judiciário deve à sociedade brasileira; é preciso resgatar a morosidade do nosso Poder para o tempo de condições certas de funcionalidade jurisdicional, mas, pergunta-se: as responsabilidades são dos magistrados? Não. Não, porque em nenhum país do mundo ninguém produz tanto, julga tanto como julga o magistrado em nosso país, mas querem, sob pretexto de dar vitalidade ao Judiciário, proceder nocivas reformas constitucionais em tramitação no Congresso Nacional; querem, por exemplo, tornar o juiz mais eficiente rompendo-lhe a vitaliciedade; querem permitir que ele possa ser demitido e que só tenha exercício do direito de defesa através de simples processo administrativo. Vejam bem, demissão por simples processo administrativo: querem castrar a independência do juiz brasileiro, querem pegar o nosso ordenado, o nosso salário e reduzi-lo; querem diminuir o salário da magistratura brasileira!!! É preciso, portanto, denunciar, falar, não se acomodar no silêncio da própria omissão. Da reforma do Poder Judiciário, devo dizer que, no Congresso, há muito não se faz quase nada, não se realiza quase nada, porque o estrangulamento continuará a substituir; a Justiça dos Estados continuará desvalorizada, porque a Súmula Vinculante - elitização das decisões dos Tribunais - é uma afronta à consciência do juiz brasileiro, quando quer puni-lo por crime de desobediência.

Há formas regimentais para o insurgimento, mas nunca imputar ao magistrado crime de responsabilidade e torná-lo cérebro do pensamento elitizado dos Tribunais, é preciso repensar a reforma do poder judiciário ouvindo a sociedade, saber o que ela quer de nós.

Da Previdência Social: a reforma da Previdência está no Senado, e temos a esperança de estar em mãos do Presidente Sarney,

devoto defensor do Poder Judiciário, mas é exatamente a Reforma da Previdência que pode, pode muito, prejudicar o Judiciário deste país.

Necessário é o regime próprio defendido pelo nosso advogado Saulo Ramos, mas se assim não for possível, é preciso avançar; que não se rompa a integralidade e a paridade de proventos.

Não só somos servos absolutos da judicatura; o nosso ganha pão é a independência jurisdicional enquanto na ativa está a garantia do problema da própria aposentadoria; é dentro desta visão, para garantir à sociedade a inteireza do Judiciário, que devemos discutir junto ao Congresso, sensível, sempre, à magistratura.

As teses estão incomodando a sociedade brasileira; os fatos estão acontecendo ali no Senado, é preciso reagir contra a frustração do nosso prestar jurisdicional, projetando, impedindo as medidas cautelares e impedindo que o juiz possa dizer, possa dar garantia ao cidadão ofendido pelo poder público - projetando até quando? 98, ou depois, e até sempre? É preciso informar à sociedade brasileira que os caixas dos Estados endividados não podem se fortalecer às custas do cidadão brasileiro, credor dos cofres públicos, impedindo ou projetando para mais oito anos os precatórios deste país.

O momento, portanto, é inquietante e grave, mas, nem por isso, destituído de esperança, inquietantes os projetos tramitantes no Congresso Nacional, inquietante - quem sabe, Presidente Sarney - a desinformação política do poder Executivo sobre a realidade do Judiciário, e quem sabe, também, presidente Sarney, inquietantes são as Medidas Provisórias que castram a soberania do Congresso, tornando a seu tempo, quem as faz, administrador que possui a legislação em mãos.

É preciso parar, é preciso falar, basta de silêncio, basta de cumplicidade, basta, caríssimos colegas, de nos prevalecermos dos votos e das sentenças, falemos, então, ao Congresso, ao Presidente da

República, falemos nos Estados, em cada Comarca, vamos dizer ao povo que nós queremos dar-lhe o mais eficiente judiciário deste país.

Você magistrado também é cidadão, tem o direito de pensar, falar e afirmar, de debater suas idéias e escutar as críticas - mas não pode se omitir, nunca.

Ao finalizar, e pela minha participação neste brilhante fórum de ideário do judiciário, deixo-lhes uma mensagem de esperança e solidariedade: busque o seu parlamentar e debata, busque a influência de sua consciência e defenda - calar, jamais; façam isso, pois em defesa da cidadania, vamos juntos preservar os predicamentos da magistratura brasileira!